

Ao Presidente da Câmara dos Deputados,

Exmo. Deputado Artur Lira,

O Fórum das Associações do Setor Elétrico (FASE), organização que congrega 27 associações setoriais, nesta manifestação vem pugnar pela manutenção dos devidos processos legais que culminaram no reajuste das tarifas de energia elétrica, pelas seguintes razões.

Os reajustes concedidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica são lastreados em contratos de concessão de serviço público, que por sua vez são derivados da lei e da Constituição Federal.

O setor elétrico brasileiro é exemplo de solidez e orgulho para a nação brasileira, fruto de um conjunto de regras estruturadas, tecnicamente reconhecido por sua complexidade e qualidade, e que entrega o mais universal serviço prestado para a população.

Ao longo de muitos anos, o setor elétrico conquistou o reconhecimento necessário e alcançou grau máximo de segurança para investidores, e é por esta razão que bilhões de reais são investidos anualmente em todo os segmentos de atuação (geração, transmissão e distribuição).

Vale dizer que esse setor é estruturado, viabilizado e garantido através de recursos financeiros estabelecidos em um regime tarifário previsto na Constituição Federal e na lei, aplicado de forma transparente e detalhada pela ANEEL, tudo amparado nos contratos e em processo regulatório amplamente discutido com a sociedade por meio de consultas e audiências públicas.

E exatamente por isso, é incompreensível e temerária qualquer medida que vise a sustar os efeitos dos reajustes previstos em lei e em contratos de concessão celebrados com a União, regularmente estabelecidos pela ANEEL e aplicados pelas distribuidoras, que como dito, são importantes para viabilizar o fluxo de pagamentos para toda a cadeia de segmentos do setor elétrico, cujos custos estão inseridos na tarifa regulada.

Esse sinal de descumprimento das regras já consterna os principais agentes, financiadores e investidores da infraestrutura nacional, pois a adoção de medidas políticas para sustar instrumentos previstos em lei e em contratos aumenta vertiginosamente a insegurança jurídica.

As associações que representam o FASE clamam para que Vossa Excelência. promova uma adequada discussão na Câmara dos Deputados sobre os conteúdos das tarifas de energia elétrica, buscando especialmente a eliminação de custos desnecessários, bem como a redução de tributos e encargos. Para que isso aconteça, solicitamos que não seja pautado nenhum dos instrumentos que visam a impedir a operacionalização dos reajustes tarifários, porquanto estes são a certeza de que serão cumpridos os compromissos setoriais com os consumidores e os investidores.

Por fim, destacamos que tramita na Câmara dos Deputados, o PL 414/2021 que trata da modernização do setor elétrico nacional, já aprovado no Senado Federal. A aprovação desse Projeto de Lei sim, poderá reduzir, de forma estrutural, os custos com energia para todos os brasileiros.

Atenciosamente,

Mário Menel

Presidente

FASE